

# JOGOS PARALÍMPICOS: HISTÓRIA, MÍDIA E ESTUDOS CRÍTICOS DA DEFICIÊNCIA

Tatiane Hilgemberg<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo trazer à luz o desenvolvimento dos Jogos Paralímpicos, que partiram de um começo modesto e que chegam aos dias atuais indubitavelmente como o evento paradesportivo mais importante do mundo, além de ser o segundo maior evento esportivo em número de participantes e países. Iremos também refletir sobre as transformações que os Jogos Paralímpicos, e em consequência o esporte para pessoas com deficiência, e a própria questão da deficiência, sofreram ao longo da história traçando paralelos com o desenvolvimento dos Estudos Críticos da deficiência, exemplificando essas alterações através de alguns dos dados de nossa pesquisa sobre a cobertura jornalística do evento pelo jornal O Globo de 1996 a 2016.

**Palavras-chave:** Jogos Paralímpicos; Estudos Críticos da Deficiência; Mídia.

## Paralympic Games: history, media and Critical Disability Studies

**Abstract:** This paper aims to shed some light at the Paralympic Games development, that came from a modest start and ended up, with no doubt, as the most important sports event for people with disabilities, and as the second major sports event in terms of number of athletes and countries. We also want to reflect about the Paralympic Games changes, and in consequence changes in sport for people with disabilities, and in disability issue itself, throughout history and draw parallels with the Critical Disability Studies development, taking as an example of these changes the O Globo Paralympic Games' media coverage from 1996 to 2016.

**Key- words:** Paralympic Games; Critical Disability Studies; Media.

## Juegos Paralímpicos: historia, medios y estudios críticos de la discapacidad

**Resumem:** Este artículo tiene como objetivo traer a la luz el desarrollo de los Juegos Paralímpicos, que partieron de un comienzo modesto y que llegan a los días actuales indudablemente como el evento desportivo más importante del mundo, además de ser el segundo mayor evento desportivo en número de participantes y países. También reflexionar sobre las transformaciones que los Juegos Paralímpicos y, en consecuencia, el deporte para las personas con discapacidad, y la propia cuestión de la discapacidad, han sufrido a lo largo de la historia, trazando paralelos con el desarrollo de los Estudios Críticos de la Discapacidad, ejemplificando estos cambios a través de algunos de los datos de nuestra investigación sobre la cobertura periodística del evento por el diario O Globo de 1996 a 2016.

**Palabras clave:** Juegos Paralímpicos; Estudios Críticos de la Discapacidad; Medios.

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Email: tatianehilgemberg@gmail.com. Boa Vista/RR - Brasil.

## Introdução

As Paralimpíadas têm sido fundamentais para a mudança de atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência; além disso, também é fator fundamental para a inclusão do tema na pauta das discussões políticas, promovendo o conceito de uma sociedade sem barreiras. Contudo é interessante ressaltar que os estudos acadêmicos sobre a história do evento ainda dão os primeiros passos. Não há arquivo ou biblioteca que documente essa história, e os registros sobre os Jogos, principalmente os anteriores à edição de 1988, que foram perdidos, jogados fora ou destruídos por incêndio no caso dos Jogos de Roma/1960 (BRITTAIN, 2010). Percebemos, também, que os autores que se debruçaram sobre o tema divergem em alguns números e datas. Para evitar entrar em tal conflito, iremos delinear alguns fatos importantes que encontramos na literatura.

Da mesma forma a maneira como o corpo é, e foi, visto, entendido, interpretado e estudado pelas diversas disciplinas influenciou sobremaneira na forma com que a deficiência é, e foi, vista, entendida, interpretada e estudada. O *Critical Disability Studies*, (Estudos Críticos da Deficiência) anteriormente *Disability Studies* (Estudos da Deficiência), engendrou modelos para a análise da deficiência que se utilizam das mesmas disciplinas que se debruçam sobre o corpo. A deficiência passa por um processo de disputas epistemológicas, historicamente marcadas, que vão possibilitar a emergência desses saberes críticos sobre o tema. Apesar da existência de diversos modelos e perspectivas que visam entender a deficiência, o médico ou individual (que existe apenas fora dos Estudos Críticos da Deficiência) e o social são, no entanto, são considerados os modelos clássicos e os mais discutidos na literatura. Iremos contextualizá-los, apontando algumas de suas implicações, críticas e desafios, e a forma com que o desenvolvimento do pensamento acadêmico e crítico sobre a deficiência pode estar ligado à evolução dos Jogos Paralímpicos.

Esse artigo tem, portanto, como objetivo trazer à luz o desenvolvimento dos Jogos Paralímpicos, que partiram de um começo modesto como uma competição para ex-militares que haviam adquirido uma deficiência e que chegam aos dias atuais indubitavelmente como o evento paradesportivo mais importante do mundo, além de ser o segundo maior evento esportivo em número de participantes e países. Assim, iremos também refletir sobre as transformações que os Jogos Paralímpicos, e em consequência o esporte para pessoas com deficiência, e a própria questão da deficiência, sofreram ao longo da história traçando paralelos com o desenvolvimento dos Estudos Críticos da deficiência, exemplificando essas alterações através de alguns dos dados de nossa pesquisa sobre a cobertura jornalística do evento pelo jornal O Globo de 1996 a 2016.

## Esporte e corpo

Na visão medicalizada, a imperfeição está associada à doença, e por isso o corpo doente é alvo de intervenções médicas a fim de voltar a ser saudável. O envelhecimento é outra face da imperfeição, e juntamente com a doença revela a fragilidade e temporalidade do corpo; a medicina, pode então

aprimorar o corpo, retardar os sinais do tempo e eliminar os aspectos considerados negativos. A atividade física entra nesse contexto associada à saúde corporal, e como forma de inculcar em seus praticantes benefícios físicos e psicológicos. Além da preocupação com a aquisição de um corpo forte e saudável, o esporte também objetiva o desenvolvimento de hábitos de disciplina. A capacidade atlética era utilizada para separar grupos dominantes de subordinados (HARGREAVES, 1985).

A prática de atividade esportiva pela classe operária era a celebração da masculinidade, portanto o tipo corporal ideal era o mais afastado possível das características femininas tanto físicas quanto comportamentais. “The body may be subjected to rigorous discipline in the interests of efficient performance and of being a ‘proper man’, but the regimen may be relaxed and the body may be even considerably abused in the interests of enjoyment”<sup>2</sup> (HARGREAVES, 1985, p. 147).

Em torno de 1960 o amadorismo reinante vai minando até desaparecer por completo, e o esporte passa a se articular com os novos padrões de consumo da indústria do entretenimento em uma sociedade capitalista moderna. O principal elo entre esporte e sociedade do consumo, de acordo com Hargreaves (1985) é a preocupação de ambos em acomodar o corpo na constituição do sujeito normal.

Sports culture's stress on play, contest, strength, energy, movement, speed, skill, etc., allows such themes to be given a particularly vivid, dramatic, aesthetically-pleasing and emotionally-gratifying expression, so that almost by definition to be sportive is to be desirable, fit, young and happy<sup>3</sup> (HARGREAVES, 1985, p. 151).

Ainda de acordo com Hargreaves (1985) ao tornar as pessoas visíveis – tornando os espaços cada vez mais públicos – o sistema de vigilância e disciplina é expandido como forma de produzir pessoas normais. Ou seja, os corpos expostos em público – nas ruas, praias, academias, na mídia, etc. – constituem por si um sistema mútuo e completo de vigilância e disciplina, a autoridade implacável que julga os corpos no espaço social de acordo com as normas. Assim, na sociedade contemporânea o esporte tem importância fundamental não só na manutenção da saúde, mas também na busca por uma forma corporal que respeite os padrões vigentes.

Podemos encontrar uma diversidade morfológica de corpos desportivos. Lacerda (2007) afirma que o olhar amplia e expressa as potencialidades estéticas desse corpo, que muitas vezes vai de encontro a algumas representações de corpos que circulam pela cultura do consumo, como, por exemplo, a magreza das *top models*. Entretanto tanto esporte quanto todas as outras indústrias dessa sociedade do consumo têm o

---

<sup>2</sup> O corpo pode até ser submetido a uma disciplina rigorosa em nome do desempenho eficiente e do ser realmente um homem, contudo o regime pode ser flexibilizado e pode-se abusar consideravelmente do corpo em nome do prazer (Tradução da autora).

<sup>3</sup> A cultura esportiva enfatiza o jogo, competição, energia, movimento, velocidade, habilidade, etc., permite que sejam dados a tais temas uma expressão particularmente vívida, dramática, esteticamente gratificante – prazerosa ou emocionalmente –, de modo que quase por definição ser esportivo é ser desejável, atlético, jovem e feliz (Tradução da autora).

objetivo comum de rejeitar o corpo velho, fraco, doente, incapaz, ou deficiente. Ou seja, o esporte apresenta silhuetas variadas, muitas vezes antagônicas dependendo da modalidade praticada, porém a ideologia e simbologia do corpo ideal permanecem. Segundo Hargreaves (1985) quando idosos e pessoas com deficiência eram representadas pela rede de televisão britânica BBC, na cobertura da Maratona de Londres, havia um tom paternalista ao se retratar os idosos. Aos cadeirantes era destinado um tratamento *voyeur*, o que, segundo o autor, mostra que ambos são corpos indesejados, ameaças ao modelo ideal e desvios da norma. Apesar de não serem considerados ameaças ou desvios, os corpos de mulheres em esportes considerados masculinos – como futebol e levantamento de peso, por exemplo – e, muitas vezes, de negros (HARGREAVES, 1985) são também negligenciados pela mídia, o que nos leva a concluir que o corpo esportivo ideal para além das características acima citadas é também masculino e branco. As mulheres e pessoas com deficiência foram inicialmente excluídas das práticas esportivas em decorrência da fragilidade de seus corpos.

A sociedade espera que o atleta de alto rendimento cumpra o mote olímpico *Citius, Altius, Fortius*, ou seja, que ele, ou ela, seja o mais rápido, o mais alto e o mais forte. Portanto, poderíamos dizer que o esporte paralímpico é, muitas vezes, visto como menos importante, pois o atleta com deficiência não conseguiria atingir os mesmos resultados de atletas olímpicos. Apesar dessa ideia prevalecer temos alguns exemplos de atletas com deficiência com desempenho melhor do que o de atletas sem deficiência. Na prova dos 1500 metros da classe T13 (para atletas com baixa visão), da Paralimpíada do Rio de Janeiro, o argelino Abdellati Baka conquistou o ouro com o tempo de 3m48s29, marca que também lhe daria o ouro nas Olimpíadas do Rio; não só ele, mas os quatro primeiros colocados dessa prova fizeram marcas melhores do que o primeiro colocado olímpico. No Mundial de Atletismo Paralímpico de 2015, em Doha, no Catar, o alemão Markus Rehm venceu a prova de salto em distância classe T44 (atletas com amputação dos membros inferiores) com uma marca que lhe teria garantido o ouro nas Olimpíadas de Londres/2012. Cada vez mais os atletas com deficiência superam tempos, marcas, recordes, contudo a associação histórica entre deficiência e inabilidade, passividade e incompetência ainda fortes na sociedade também é estendida para o campo esportivo.

O esporte mudou ao longo do tempo. Uma mudança lenta e gradual que não aconteceu, nem acontece, de forma linear, mas sim flutuante e em confluência com outras forças. Como parte dessas mudanças vemos o esporte tanto como lugar de conformidade com valores sociais dominantes, reproduzindo desigualdades, quanto local de resistência e mudanças desses mesmos valores (DEPAUW, 1997).

Inicialmente o corpo da pessoa com deficiência só foi aceito no esporte na vertente de reabilitação. A pessoa com deficiência colocada na arena esportiva é inesperada uma vez que o esporte se apresenta como local onde a eficiência e habilidade são valorizadas. O corpo deficiente ativo e eficiente em comparação com a ideia de corpo passivo e inativo, pode, assim, reinventar o conceito de corpo deficiente.

Como é no corpo que está inscrita a diferença, muitos pesquisadores acreditam que a materialidade oprime as pessoas com deficiência. Dessa

forma, sendo o corpo de fundamental importância para a prática esportiva, concordamos com Howe (2012) que afirma ser esse um dos motivos pelo qual o esporte é um campo pouco explorado por aqueles que se dedicam à pesquisa das questões que envolvem a deficiência.

### **A História dos Jogos Paralímpicos e os Estudos (Críticos) da Deficiência**

Os primeiros passos do esporte para pessoas com deficiência foram dados no final do século XIX, primeiramente envolvendo o trabalho de ativistas da comunidade surda, que fundaram em Berlim em 1888 o *Sports Club for the Deaf* (GOLD; GOLD, 2007). Em 1924 federações semelhantes já haviam surgido na Bélgica, Checoslováquia, França, Reino Unido, Holanda e Polônia; essas federações enviaram 140 atletas a Paris, nessa mesma data, para participarem dos *First International Silent Games* (Primeiros Jogos Internacionais do Silêncio) que marcam o nascimento dos *World Games for the Deaf* (Jogos Mundiais para os Surdos), que mais tarde seriam reconhecidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), como as Olimpíadas dos Surdos (GOLD; GOLD, 2007). Esse movimento foi importante pois deu o pontapé inicial para o esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência.

Nas sociedades ocidentais a confluência entre medicina e ciência teve um profundo efeito sobre a forma com que as diferenças são aceitas e entendidas. Isto se dá devido à autoridade científica fundamentada na tecnologia da medicina que oferece um senso de legitimidade, confiança e previsibilidade. Aqueles que possuem o domínio sobre o conhecimento de uma determinada área têm o poder ou a autoridade para estabelecer discursos e padrões, que se tornam difíceis de contradizer sem a ajuda de um grupo alternativo de especialistas (BRITTAIN, 2004).

No modelo médico, que visa entender a deficiência, também conhecido como individual ou tradicional, a deficiência é vista como um problema que precisa ser tratado. Através deste modelo busca-se que as pessoas com deficiência sejam, ou voltem a ser, funcionais para que assim possam ser integradas à sociedade (KAMA, 2004). Este modelo trabalha a partir de uma perspectiva biológica e vê as limitações individuais como a principal causa das múltiplas dificuldades experienciadas pelas pessoas com deficiência (BARNES et al, 1999). Também adota as definições e percepções nas quais a deficiência é tida como uma incapacidade que resulta na perda ou limitação de uma ou mais funções (THOMAS; SMITH, 2009).

Assim é nesse contexto que depois da Segunda Guerra Mundial, por conta do já mencionado vasto conhecimento médico e desenvolvimento de novas tecnologias, que foram lançadas as primeiras sementes do que viriam a ser os Jogos Paralímpicos (LEGG; STEADWARD, 2011). O governo Britânico, preocupado a necessidade de melhorar e enfatizar a reabilitação, e com o aumento do número de lesionados no pós Guerra, criou, em 1944, o *Spinal Injuries Centre* (Centro de Lesionados Medulares) no Hospital de Stoke Mandeville.

Ludwing Guttmann, então diretor do centro, introduziu as práticas esportivas como parte da reabilitação dos pacientes e é visto por muitos como o Barão de Coubertin dos Jogos Paralímpicos (GOLD; GOLD, 2007).

O enfoque do modelo médico, portanto, recai sobre a patologia, sendo baseado no diagnóstico e em soluções médicas. E vê-se como sendo a voz que dá legitimidade a todas as matérias associadas à funcionalidade do corpo (HUGHES, 2000). O esporte como reabilitação e recreação então cresceu e Guttmann promove em 1948 o primeiro *Stoke Mandeville Games* que aconteceu nos jardins do hospital reunindo 16 atletas (14 homens e duas mulheres) com lesão medular que competiram em tiro com arco. A partir dessa primeira edição o evento passou a ter periodicidade anual. Em 1949 reuniu um número ainda maior de competidores e já nessa edição Guttmann expressou o desejo de que os jogos se internacionalizassem e adquirissem fama semelhante à dos Jogos Olímpicos (GOLD; GOLD, 2007). A internacionalização veio logo a seguir, em 1952 quando os jogos recebem atletas holandeses competindo em sinuca, dardo, tênis de mesa, além do tiro com arco (LEGG; STEADWARD, 2011). Em 1953 Finlândia, França, Israel e Canadá também enviaram equipes para o evento; em 1955 os Estados Unidos tiveram sua primeira participação, seguidos pela Austrália em 1957. Gradualmente o evento deixou de ser voltado para os pacientes ou pessoas que passavam por processo de reabilitação. Em 1959 como resposta à demanda por maior financiamento e organização internacional foi criado o *International Stoke Mandeville Games Committee* (Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville), que ficou responsável pela organização dos Jogos até 1972 (GOLD; GOLD, 2007).

Com o crescimento do evento esportivo, a edição de 1960 aconteceu em Roma, mesma sede dos Jogos Olímpicos e reuniu 400 atletas cadeirantes de 23 países. Quatro anos depois de sua edição inaugural, os Jogos Paralímpicos (que só receberam esse nome nessa edição de 1964) aconteceram em Tóquio, novamente na mesma sede dos Jogos Olímpicos.

Assim a expectativa era a de que a edição seguinte teria lugar na Cidade do México. Porém não foi o que aconteceu e os jogos foram transferidos para Tel Aviv, pois além do temor de que as pessoas com lesão medular não sobreviveriam à altitude, a cidade mexicana carecia de assistência e serviços para pessoas com deficiência. Em 1972 Heidelberg, na Alemanha, foi sede das Paralimpíadas, enquanto Munique recebeu os Jogos Olímpicos. Algo semelhante aconteceu em 1976, enquanto a cidade canadense de Montreal foi a sede das Olimpíadas, Toronto sediou os Jogos que pela primeira vez incluíram pessoas com deficiência visual e amputados. Em Arnheim/1980 foi a vez dos atletas com paralisia cerebral debutarem. O evento paradesportivo aconteceu na Holanda ao contrário dos Jogos Olímpicos que tiveram sede em Moscou, porque o governo soviético considerou que por não oferecer esporte para pessoas com deficiência seria inapropriado receber os Jogos (LEGG; STEADWARD, 2011).

Em 1984 o evento deveria ser sediado pela *University of Illinois*, no entanto, o comitê organizador havia se preparado para receber apenas as modalidades que envolviam cadeirantes. Assim os eventos que incluíam atletas com paralisia cerebral, amputação e deficiência visual foram transferidos para Nova York. Mesmo com a mudança, os organizadores oficiais (*University of Illinois*) alegando problemas financeiros e dificuldades na organização, acabaram por cancelar os Jogos. Com pouco tempo para resolver a questão, as competições com atletas cadeirantes foram então

transferidas para Stoke Mandeville que já possuía a estrutura necessária. Assim a edição de 1984 teve duas sedes, Nova York e Stoke Mandeville. Esses foram os primeiros Jogos oficialmente reconhecidos pelo Comitê Olímpico Internacional como Paralímpicos (GOLD; GOLD, 2007).

O paradesporto se expandiu gerando a necessidade da criação de novas organizações internacionais. Assim, em 1982 foi criado o *International Coordinating Committee* (ICC – Comitê Coordenador Internacional) que reuniu outras instituições e deu, pela primeira vez, uma voz única ao esporte para pessoas com deficiência, além de ter sido capaz de desenvolver uma relação mais clara e direta com o Comitê Olímpico Internacional e Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos.

Em meio ao ganho de legitimidade dos Jogos Paralímpicos e às maiores preocupações acerca da acessibilidade, o modelo médico passa a ser questionado por diversas organizações autônomas a partir do final dos anos 1960 quando ativistas, especificamente pessoas com deficiência, se organizaram e ergueram bandeiras contra o modelo vigente (THOMAS; SMITH, 2009; HUGHES, 2000). O modelo social surge, então, com o objetivo de oferecer resistência a esta perspectiva medicalizada da deficiência, e é um produto da crítica ao capitalismo (HUGHES, 1999). Este modelo rejeita a visão de que a deficiência é causada pela presença de um “defeito”, e transfere o foco do corpo para o ambiente e as barreiras que excluem as pessoas com deficiência da sociedade (THOMAS; SMITH, 2003).

O modelo social tomou força a partir dos argumentos políticos e intelectuais da Union of Physically Impaired Against Segregation (UPIAS – União dos Lesados Físicos contra a Segregação). Esse grupo foi formado depois que o sociólogo Paul Hunt enviou uma carta em meados de 1972 ao jornal inglês *The Guardian*. Na carta, Hunt, que possui deficiência física e encontrava-se em uma instituição, propunha a formação de um grupo de pessoas com deficiência que levasse ao Parlamento inglês ideias sobre as mudanças necessárias nessas instituições. O texto provocou reações, e Hunt recebeu inúmeras respostas de pessoas com deficiência, que quatro anos mais tarde formariam a UPIAS. Mike Oliver, também sociólogo com deficiência, não só respondeu à carta como é considerado um dos pais e precursores do modelo social. De acordo com Shakespeare (2006) a UPIAS era um grupo pequeno, porém de peso e um tanto radical, que inspirou-se no marxismo. Outros grupos compostos por pessoas com deficiência, e que visava lutar por seus direitos, surgiram, no entanto a UPIAS foi a que determinou o tom do movimento no Reino Unido.

Ao mesmo tempo que o movimento tomava força, os sociólogos Vic Finkelstein, John Swain, Mike Oliver, entre outros criavam os primeiros cursos acadêmicos que promoveriam o desenvolvimento do pensamento crítico e das políticas públicas.

Em meio ao novo debate os Jogos de Seoul/1988 são considerados como o marco dos Jogos Paralímpicos modernos (LEGG; STEADWARD, 2011), e foram os primeiros sob a coordenação do ICC. O evento além de ter tido a mesma sede dos Jogos Olímpicos, utilizou os mesmos locais de competição, o que representou a linha divisória entre o esporte como reabilitação e o esporte de alto rendimento. A partir dessa data comissão

técnica e atletas se profissionalizaram ainda mais, houve maior atenção midiática e ampliação de patrocínios.

Em 1989 os Jogos entraram em sua última fase evolutiva com a instituição do Comitê Paralímpico Internacional que agregou 162 Comitês Paralímpicos Nacionais, cinco organizações regionais e quatro federações internacionais especializadas em um tipo de deficiência, sendo desde 1992 a única coordenadora dos Jogos Paralímpicos reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (GOLD; GOLD, 2007).

A partir dos Jogos de 1992 sediados por Barcelona, as Paralimpíadas passaram a ter suas próprias cerimônias de abertura e encerramento, o número de espectadores aumentou, bem como a cobertura midiática, e passaram a ser levantadas importantes questões sobre como as cidades-sede encaravam as questões referentes à deficiência. A Grécia, por exemplo, cuja cidade de Atenas foi anfitriã do evento em 2008, tinha pouca tradição no esporte adaptado. Com a preparação para os jogos a cidade desenvolveu infraestruturas acessíveis que poderiam ser utilizadas nos treinamentos dos atletas gregos (GOLD; GOLD, 2007).

Os planos traçados por Pequim, sede em 2008, também evidencia mudança de atitude. Quando convidados a participar dos Jogos de Roma em 1960, os chineses afirmaram não existir pessoas com deficiência em seu país. Em sua participação no evento de 1996 a delegação chinesa terminou em nono no quadro geral de medalhas, subindo para sexto em 2000 e primeiro em Atenas/2004, rapidamente se transformando em grande portência paralímpica.

Em 1996 Atlanta recebeu pela primeira vez os atletas com deficiência intelectual. Contudo, após a descoberta de que o time de basquete espanhol havia fraudado as Paralimpíadas de Sydney/2000, incluindo atletas sem a deficiência, as pessoas com deficiência intelectual foram suspensas e excluídas das Paralimpíadas, retornando apenas na edição de Londres/2012. Em 2016, o Rio de Janeiro sediou o primeiro evento a ser realizado na América do Sul, com uma audiência acumulada de 4,1 bilhões de pessoas, foi considerado pelo Comitê Paralímpico Internacional como o mais visto da história.

Entre 2000 e 2006 o Comitê Olímpico e o Comitê Paralímpico Internacional assinaram acordos que possibilitaram maior cooperação entre ambos, além de investimentos e apoio financeiro. Em Junho de 2001 foi decidido que ambos os eventos teriam a mesma cidade-sede e usariam as mesmas instalações esportivas. Outro importante acordo foi a integração dos dois eventos com único Comitê Organizador local.

A perspectiva do modelo social foi fundamental para que fatores econômicos e políticos fossem repensados, e para que a pessoa com deficiência passasse a, efetivamente, ter direitos. Esse modelo tem como suas principais forças: ser simples e ter gerado uma agenda clara de mudanças sociais; ter sido de extrema importância na libertação da pessoa com deficiência ao focar nas barreiras sociais e não nas limitações individuais; e ter sido fundamental para melhorar a autoestima desse grupo, construindo uma identidade coletiva positiva. Tendo impactando também os Jogos Paralímpicos que se tornaram o segundo maior evento esportivo do

mundo em número de atletas e países participantes, número esse que cresce a cada edição.

No entanto tal como aconteceu com o modelo médico, o desenvolvimento do pensamento acerca da deficiência levou também o modelo social a ser alvo de críticas. Foram as feministas as primeiras a apontar os “problemas” do modelo social. Foram elas que pela primeira vez trouxeram o tema da dor e da experiência do corpo com deficiência e do corpo doente – aqueles que não serão produtivos ou independentes – para o centro das discussões. A filósofa sueca Eva Kittay (1999) argumenta em seu livro *Love’s Labor: essays on women, equality, and dependecy* que o modelo social ignorou o cuidado, que é o ponto central da maioria das organizações sociais voltadas à pessoa com deficiência; e ao contrário do modelo social acredita que a interdependência era o valor que melhor expressa a condição humana, ou seja, as relações de dependência são inevitáveis à vida social. As feministas assim queriam que a necessidade do cuidado, demanda de vários grupos de pessoas com deficiência, fosse reconhecido, o que era um incômodo para os teóricos da primeira geração do modelo que se baseava fundamentalmente na ideia de independência. A crítica feminista fez com que o olhar se voltasse também para o corpo, e apontou que havia convergência de opressões (raça, gênero, orientação sexual, idade). Assim, a principal crítica ao modelo social britânico é o fato de que ele representava o esquecimento da experiência fenomenológica do corpo.

Conceitos, modelos, ideias, ideologias são fluidos, se alteram com o desenvolvimento do pensamento, com as diversas experiências, com as novas vozes que surgem.

Mais recentemente os Estudos Críticos da Deficiência começaram a utilizar a perspectiva interseccional – que emergiu dos estudos de feministas negras nos Estados Unidos que pretendiam entender como as estruturas de raça e gênero se cruzam – que se tornou popular nos últimos anos, principalmente em pesquisas que abordam grupos marginalizados.

The concept aims to capture how different categories (power axes, dimensions, variables – the terminology differs with different methodologies) interact in forming life conditions and identities of these groups. Women are not only women, but have a class position, ethnicity, sexual orientation and so on. An intersectional perspective means analysing how these different dimensions cross (intersect) with each other in influencing the living situations of women<sup>4</sup> (SÖDER, 2009, p. 74).

A interseccionalidade pode ser discutida a partir de duas perspectivas. Uma é a via estrutural que tem como foco poder e estratificação. Assim, gênero, classe social e etnia são vistos como vetores de poder, tentando entender como eles se combinam para formar uma sociedade estratificada. A outra é a perspectiva subjetiva que foca em identidade. Aqui o mais

---

<sup>4</sup> O conceito visa capturar como diferentes categorias (eixos, dimensões, variáveis de poder – a terminologia muda em diferentes metodologias) interagem na formação das condições de vida e identidades desses grupos. As mulheres não são apenas mulheres, mas também possuem posição de classe, etnia, orientação sexual e assim por diante. Uma perspectiva interseccional significa como essas diferentes dimensões se cruzam (intersectam) e influenciam as situações de vida das mulheres (Tradução livre da autora).

importante são categorias e não vetores, cada indivíduo pertence a várias categorias coletivas que juntas constroem sua identidade.

### **Breves considerações sobre o esporte paralímpico no Brasil**

Em 1958, Robson de Almeida Sampaio, atleta com paraplegia, funda no Rio de Janeiro o Clube do Otimismo. No mesmo ano, Sérgio Serafim Del Grande que havia tido contato com o basquete em cadeira de rodas nos Estados Unidos onde realizava sua reabilitação, funda o Clube dos Paraplégicos em São Paulo, que já em 1960 participa do 1º Campeonato Mundial (de basquete em cadeira de rodas) em Roma (ARAÚJO, 1997). O primeiro confronto entre as equipes paulista e carioca aconteceu em 1959 no Maracanãzinho (ARAÚJO, 1997). Assim, o basquete foi o primeiro esporte paralímpico disputado no Brasil.

Com o tempo outras modalidades começaram a ser praticadas e o país participa dos Jogos Paralímpicos de Heidelberg/1972 pela primeira vez, mas sem medalhas. Assim, a fim de organizar o esporte paralímpico, é fundada em 1975 a Associação Nacional de Deporto para Deficientes (ANDE).

De forma mais organizada os brasileiros participam dos jogos seguintes em Toronto/1976 e conquistam seus primeiros bons resultados. Robson Sampaio Almeida e Luís Carlos Coutinho ficam em segundo lugar na bocha. Em Arnhem/1980 uma participação tímida da seleção brasileira apenas com o time masculino de basquete em cadeira de rodas, sem conquista de medalhas.

Na década de 1980 o número de atletas e o interesse pelo esporte paralímpico crescem, e em 1984, no mesmo ano em que o Brasil conquista 21 medalhas no evento de Stoke Mandeville e Nova York, são criadas a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) e a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR). Seoul/1988 é a edição em que todos os recordes são batidos, 59 atletas e 28 medalhas. Em 1995 é fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) que desde então é a entidade que organiza o esporte paralímpico no Brasil.

### **A Mídia**

Os meios de comunicação testemunham e nos dão provas da evolução dos Jogos Paralímpicos e das alterações na forma com que as pessoas com deficiência são vistas pela sociedade.

Os Jogos de Atlanta em 1996 foram os primeiros a terem cobertura televisiva nos Estados Unidos (SCHELL; DUNCAN, 1999), e a partir dessa data verifica-se o aumento do número de direitos de transmissão vendidos a emissoras de televisão e rádio e do número de jornalistas presentes no evento – 2.300 em Sydney/2000; em Atenas/2004 3.103 jornalistas compareceram ao evento e um total de 617 horas de programação foram transmitidas em 25 países; 64 redes de tv e rádio de 80 países detinham os direitos de transmissão dos Jogos de Pequim em 2008 o que aumentou em 200% o tempo de cobertura comparado a Atenas; os Jogos de Londres/2012 foram transmitidos por 100 países batendo o recorde de audiência (dados do Comitê Paralímpico Internacional); recorde que foi novamente quebrado em

2016, considerado pelo Comitê Paralímpico Internacional como o evento com maior cobertura da história, chegando a 154 países.

Em nossa dissertação de Mestrado (FIGUEIREDO, 2010) analisamos a cobertura dos jornais O Globo e Estado de S. Paulo de 1996 a 2008, em nossa tese de Doutorado (FIGUEIREDO, 2017), entre outros, analisamos a cobertura do evento de 2012 pelo O Globo, Folha de S. Paulo, Zero Hora e Estado de Minas, e mais recentemente analisamos a Rio/2016 nos mesmos impressos. Como o jornal O Globo foi uma constante em nossa pesquisa traremos alguns dados que evidenciam a diferença na cobertura dos jogos durante essas duas décadas.

O número de notícias é o primeiro item a ser levado em conta. Levando em consideração que analisamos 14 dias de publicações em todos os anos (um dia antes da cerimônia de abertura até o dia após o encerramento), O Globo apresentou uma média de 1,3 notícia por dia em 1996; 1,5 em 2000, 2008 e 2012; 1,6 em 2004 e expressivas 10,5 notícias por dia em 2016, edição da qual o Brasil foi sede. Schantz e Gilbert (2001) compararam a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Atlanta/1996 em jornais franceses e alemães, revelando que os periódicos franceses publicaram em média 0,9 artigo por dia, enquanto os alemães apresentaram 1,7 notícia. Thomas e Smith (2003) em sua análise da cobertura do evento em Sydney/2000 nos jornais ingleses encontraram resultados similares. Os quatro periódicos analisados pelos autores supracitados publicaram 62 notícias, com média de 1,1 artigo por dia.

Diversos estudos (PAPPOUS, MARCELINI e LÉSÉLEUC, 2011) já mostraram que a mídia interessa-se, cada vez mais, pelos Jogos Paralímpicos e os números da nossa pesquisa mostram que O Globo apresentou números maiores do que a média inglesa e francesa.

Contudo, Coakley (2007) afirma que, nos Estados Unidos, a divulgação do esporte paralímpico é feita somente em época de Jogos, sendo campeonatos mundiais e outros eventos ligados a esse tipo de esporte ignorados pela mídia americana. Ellis (2009) confirma que o mesmo ocorre na Austrália, com o esporte paralímpico recebendo menor atenção midiática.

O desejo dos atletas por uma divulgação mais intensa (FIGUEIREDO, 2017) vai ao encontro da ideia de Berger (2008) de que a pouca divulgação faz com que o público desconheça, ou tenha muito pouco conhecimento sobre, o esporte paralímpico o que pode dificultar a formação de vínculos e interesse da audiência com esse esporte.

Apesar de ainda ser considerada pequena ou insatisfatória por atletas e alguns pesquisadores (BRITAIN, 2004; BERGER, 2008), os números mostraram que houve aumento da cobertura dos Jogos Paralímpicos ao longo do tempo.

Os Jogos Paralímpicos constituem, hoje, uma manifestação esportiva que se afirma com perspectiva de mercado e prática espetacularizada. Assim levando em consideração que o país sede do evento tende a aumentar a cobertura midiática nacional, como aconteceu nos Estados Unidos nos Jogos de Atlanta/1996 (SCHELL; DUNCAN, 1999), não é de surpreender o aumento do número de notícias publicadas pelo O Globo em 2016, no entanto a variação de 1,5 artigo por dia em 2012 para 10,5 em 2016, é, sem dúvida a mostra de que o país sede tende a ter cobertura mais extensiva.

As questões terminológicas também ocupam um lugar de destaque e importância em nosso estudo. Uma vez que, como afirma Amaral (1994, p.7),

A abordagem e a terminologia utilizada pelos meios de comunicação de massa (...) refletem na interpretação da sociedade sobre os principais temas de interesse coletivo. Se a informação não é cuidada, acaba reforçando estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente, que podem significar, no mínimo, um empecilho à evolução e ao desenvolvimento social.

A linguagem alimenta as práticas sociais que geram sentido, e no uso da linguagem coabitam a ordem e a diversidade (SPINK; MEDRADO, 2004), servindo como espelho refletor do interior da pessoa. A linguagem é utilizada pela sociedade como veículo transmissor de pensamentos. Segundo Marks (1999) a linguagem tem um importante papel em retirar a deficiência da experiência humana mundana e trata-la radicalmente como “outro”, a pessoa com deficiência é constituída como “não exatamente humana”. E acrescenta que a linguagem não é um sistema referencial transparente, não se refere direta e objetivamente ao mundo externo. Desde 1970, filósofos, sociólogos e psicólogos têm demonstrado que a linguagem tem importante papel na constituição de nossas percepções (HALL, 1997).

De acordo com Marques (2001), às vezes o uso de certos termos, muito difundidos e aparentemente inocentes, reforça preconceitos. A linguagem molda significado sendo negativo, positivo, crítico ou celebratório, mas sempre há significado nas matérias jornalísticas. Assim, quando o jornalista utiliza um conjunto de linguagens em sua história, ou os editores reafirmam um conjunto de códigos culturais em suas produções noticiosas, eles reforçam categorias e conhecimentos culturais. Em outras palavras, linguagem molda significado e o significado é controlado por aqueles em posições hegemônicas nas redes ou instituições ou em ambos (NEULANDS, 2012). Devenney (2005) através de um estudo realizado com um grupo focal de pessoas com deficiência, concluiu que os participantes acreditam que a linguagem influencia na forma com que as pessoas se comportam frente à deficiência.

Através da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) identificamos todos os termos, publicados pelo jornal O Globo (1996-2016), que foram associados aos atletas. Em nossa pesquisa utilizamos como referência, o quadro da *American Red Cross (2006) People First Language*, que também é utilizada pelo Comitê Paralímpico Internacional, e os artigos do consultor de inclusão social Romeu Sassaki (2002a, 2002b) de forma a verificar a situação da terminologia nos jornais. De forma geral categorizamos os termos em três grandes grupos: genérico (relacionado ao nome, nacionalidade, idade, profissão anterior, etc.); esportivo (termos associados à prática esportiva, como a modalidade praticada, expressões como campeão, recordista, etc.); e marcadores da deficiência (referentes ao fato de o atleta ter uma deficiência, como cego, atleta paralímpico, etc.).

Tabela 01 – Terminologia

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Genérica	17%	41%	44%	45%	77%	76%

Esportiva	40%	50%	38%	32%	18%	19%
Marcadora da deficiência	42%	29%	17%	23%	5%	5%

Conforme observamos na Tabela 01 os termos genéricos crescem em utilização ao longo dos anos e passam a ser massivamente utilizados a partir de 2012, resultado que corrobora outros estudos (FIGUEIREDO, 2010; PEREIRA, 2008; SCHANTZ; GILBERT, 2001). Dessa forma observamos que a maior presença desse tipo de termos pode ser revelador da exigência jornalística da neutralidade ou, em alternativa, pode indicar a existência de uma conscientização por parte de jornais e jornalistas de que a terminologia utilizada, relativamente às pessoas com deficiência, pode refletir e influenciar as atitudes em torno dessas, criando e/ou perpetuando estereótipos (FIGUEIREDO; NOVAIS, 2009; AUSLANDER; GOLD, 1999). Dentro dos termos genéricos observamos maior presença do nome do atleta e sua nacionalidade, principalmente a partir de 2012.

Tynedal e Wolbring (2013) analisaram o jornal americano New York Times de 1955 a 2012 buscando informações sobre os Jogos Paralímpicos e concluíram que poucos paratletas foram mencionados através do nome. Em nossa pesquisa, o nome do atleta é o termo mais encontrado na cobertura dos Jogos de 2012 e 2016. Dentro da linguagem genérica, o nome é o identificador do sujeito, a afirmação da individualidade. Segundo Moraes (2000, p. 49) o nome é “(...) um dos direitos mais essenciais da personalidade”. A psicanálise estabelece que o nome humaniza o sujeito, suportando a identidade social bem como a identidade subjetiva (MARIANI, 2014).

Os casos registrados de termos que relacionavam-se ao âmbito esportivo, ou seja, o ator da matéria era identificado como atleta (competidor, atacante, nadador, velocista), ou era a ele associados os substantivos esportivos (campeão, recordista, medalhista) apesar de perderem terreno para as terminologias genéricas, aparecem já em 2004 como a segunda terminologia mais presente, sugerindo proximidade com a cobertura dos esportes “convencionais”.

Alguns estudos (HALLER, 1995; HALLER et al., 2006) mostraram que depois do primeiro Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, instituído pelas Nações Unidas em 1981, a linguagem utilizada para se referir à pessoa com deficiência apresentou mudanças positivas.

A linguagem politicamente correta pode ser vista como outro dispositivo com o qual reforça-se hierarquias entre grupos profissionais. De acordo com Marks (1999) a terminologia “positiva” oferece conforto temporário, isso porque a atualização constante da linguagem utilizada (inflação da linguagem) é uma das formas que os profissionais ligados à questão da deficiência utilizam para se distinguir de seus antecessores. Mudando a terminologia e designando a nova como a mais correta ou mais adequada, as pessoas evitam olhar criticamente para si e para a complexidade das funções da linguagem. O usuário da terminologia politicamente correta é visto como alguém que atingiu a iluminação (MARKS, 1999).

Um exemplo é o caso do workshop de subnormalidade (*subnormality workshop*). Alguns professores foram convidados a lecionar no curso que já existia há algum tempo, mas o nome não agradou a esses novos professores que o consideravam ofensivo e decidiram por alterá-lo para workshop sobre a deficiência mental (*mental handicap workshop*). Alguns anos mais tarde o termo caiu em desuso, sendo substituído por dificuldade de aprendizado (*learning disability*), assim aqueles que mantinham o termo anterior passaram a ser considerados politicamente incorretos, e mais ainda, opressores. Nesse momento, os professores perceberam que as mudanças na terminologia podem refletir um processo de eufemização ao invés de efetivamente mudar premissas (MARKS, 1999).

Vários esforços têm sido empreendidos para fornecer aos jornalistas e pesquisadores guias e manuais com a terminologia mais adequada a ser utilizada. Entretanto, as próprias organizações, associações e instituições têm dificuldades em encontrar um consenso relativamente a este tipo de terminologia.

Um exemplo de mudança positiva no uso da linguagem, para além do aumento de terminologias genéricas, foi a queda na utilização de terminologias marcadoras da deficiência (de 42% em 1996 para 5% em 2016) que são ligadas ao modelo médico. Newlands (2012) afirma que diversos pesquisadores encontram problemas com a linguagem utilizada pelos jornalistas para representar os atletas paralímpicos, que, geralmente, é baseada em termos médicos ou no discurso do “herói deficiente”.

O Comitê Paralímpico Internacional reconhece seis diferentes categorias de deficiência: Atletas com paralisia cerebral; Atletas com lesão medular/poliomielite; Atletas com amputação; Atletas com deficiência visual; Atletas com deficiência intelectual; e *Les autres* (outras deficiências que não se enquadram nas categorias anteriores). O sistema de classificação dos atletas surgiu em 1960 nos Jogos de Roma com o objetivo de garantir a legitimidade do evento e resultados justos. O primeiro sistema era baseado no exame médico e essa técnica permaneceu a mesma até 1976 quando os amputados e cegos foram integrados ao sistema. Hoje o sistema baseia-se em dois tipos de classificação, a médica que identifica o nível de deficiência, e a funcional que verifica a capacidade do atleta em executar movimentos específicos da modalidade. Apesar do uso da medicina como um dos critérios para classificar os atletas e a evidente curiosidade do público sobre a deficiência dos competidores, acreditamos que o melhor preparo de jornalistas para a cobertura de eventos como os Jogos Paralímpicos e mais visibilidade do atleta na mídia podem ser soluções para que sua deficiência deixe de ter a importância que tem hoje como informação.

## **Considerações Finais**

O esporte é fundamentalmente um produto, e assim o valor dado pela mídia a qualquer evento é representativo dessa percepção. Isso não significa que há uma equação padrão que irá calcular o “valor” da cobertura midiática esportiva. A viabilidade comercial do esporte em relação ao atrativo midiático é baseada em uma combinação de fatores sociais, econômicos e até políticos. Recentemente os Jogos Paralímpicos cresceram, sendo mais comercializado

e atraindo mais atenção dos meios de comunicação. O que faz deste um momento ideal para a análise crítica, história e social do evento.

Os dados sobre a cobertura dos Jogos Paralímpicos no jornal O Globo nas duas últimas décadas, demonstram que inicialmente (Atlanta/1996, principalmente, e Sidney/2000) os atletas eram representados de acordo com o modelo médico, uma representação que os retratava como seres desafortunados e marcados pela tragédia, caracterizada pela exclusão e estigmatização. No entanto, a partir de Atenas/2004, e com maior intensidade em Londres/2012 e Rio de Janeiro/2016 a identidade da pessoa com deficiência enquanto indivíduo e atleta toma o espaço passando a dominar a cobertura.

Referindo estudos anteriores sobre os efeitos da mídia na sociedade, Schantz e Gilbert (2001) concluíram que os meios de comunicação de massa influenciam, principalmente, reforçando normas e atitudes; todavia, percebemos que a mídia também auxilia na mudança de estereótipos e quebra de paradigmas, e reafirmando a ideia de Lippman (1922) de que o desconhecido gera temor, percebemos a importância de os jornalistas efetivamente buscarem informações sobre o atleta e o esporte paralímpico em vez de reproduzir ideias estereotipadas, uma vez que os meios de comunicação têm, inclusive, o poder de mudar tais ideias. Não podemos, entretanto, pensar o jornalista como um ser mítico envolto pela aura da imparcialidade, ele é um ser social inserido em determinada cultura, com pensamentos e ideais próprios e que escreve para um jornal que têm diretrizes a serem seguidas. Ou seja, a sociedade influencia na forma com que os jornalistas escrevem, e ao mesmo tempo os jornalistas influenciam na forma com que as pessoas constroem suas ideias e conceitos.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, L. A. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

AMERICAN RED CROSS. *Participant's Workbook: Serving People with disabilities following a disaster*. 2006. Disponível em: <<http://redcross.tallytown.com/dsp/formDSPSS200BPW.pdf>>. Acesso em: 04 de Abril de 2008.

ARAÚJO, P. F. *Desporto Adaptado no Brasil: Origem, institucionalização e atualidade*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

AUSLANDER, G. K.; GOLD, N. Disability Terminology in the media: a comparison of newspaper reports in Canada and Israel. *Social Science & Medicine*, n. 48, p. 1395-1405, 1999.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. *Exploring Disability: A sociological introduction*. Cambridge: Polity Press, 1999.

BERGER, R. J. Disability and the Dedicated Wheelchair Athlete Beyond the “Supercrip” Critique. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 37, n. 6, p. 647-678, 2008.

BRITTAIN, I. *The Paralympic Games Explained*. United States and Canada: Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_. Perceptions of Disability and their Impact upon Involvement in Sport for People with Disabilities at all Levels. *Journal of Sports & Social Issues*, v. 28, n. 4, 2004. p. 429-452.

COAKLEY, J. *Sports in Society: Issues and controversies*. New York: McGraw-Hill, 2007.

DEPAUW, K. P. The (In)Visibility of Disability: Cultural contexts and “sporting bodies. *Quest*, v. 49, n. 4, 1997. p. 416-430.

DEVENNEY, M. J. V. *The Social Representations of Disability: Fears, fantasies and facts*. 2005. 447f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Clare College, Cambridge University, Cambridge, 2005.

ELLIS, K. Beyond the Aww Factor: Human interest profiles of Paralympians and the media navigation of physical difference and social stigma. *Asia Pacific Media Educator*, 19, p. 23-36, 2009.

FIGUEIREDO, T. H. *Os Atletas Paraolímpicos na Imprensa: Análise comparativa da cobertura noticiosa da mídia no Brasil e em Portugal de 1996-2008*. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras e Engenharia, Universidade do Porto, Porto. 2010.

\_\_\_\_\_. *Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua representação na mídia impressa*. 2017. 221f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FIGUEIREDO, T.; NOVAIS, R. A Antiguidade ainda é um posto? Os momentos de vitória nos Paraolímpicos de Pequim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, São Paulo. *Anais...*, São Paulo, 2009.

GOLD, J. R.; GOLD, M. M. Access for all: The rise of the Paralympic Games. *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, v. 127, n. 3, 2007. p. 133-141.

HAGREAVES, J. The body, sport and power relations. *The Sociological Review*, 33, 1985. p. 139-159.

HALL, S. The spectacle of the "Other". In: HALL, S. (Ed.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/Open University, 1997. p.223-290.

HALLER, B. The Social Construction of Disability: News coverage of the Americans with Disabilities Act. *International Communication Association Annual Meeting*, Albuquerque, NM. 1995.

HALLER, B.; DORRIS, B.; RAHN, J. Media labeling versus the US disability community identity: a study of shifting cultural language. *Disability & Society*, v. 21, n. 1, 2006. p. 61-75.

HARGREAVES, J. A. The body, sport and power relations. *The Sociological Review*, v. 33, n. 1, maio 1985. p. 139-159.

HOWE, D. The Imperfect Body. *Routledge Online Studies on the Olympic and Paralympic Games: Book Chapters*, v. 1, n. 4, 2012. p. 100-152.

HUGHES, B. The constitution of impairment: modernity and the aesthetic of oppression. *Disability & Society*, v. 14, n. 2, p. 155-172, 1999.

\_\_\_\_\_. Medicine and the Aesthetic Invalidation of Disabled People. *Disability & Society*, v. 15, n. 4, p. 555-568, 2000.

KAMA, A. Supercrip versus the pitiful handicapped: reception of disabling images by disabled audience members. *Communications*, 29, 2004. p. 447-466.

KITTAY, E. *Love's Labor: essays on women, equality, and dependency*. Nova York: Routledge, 1999.

LACERDA, T. O. Uma aproximação estética ao corpo esportivo. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 7, n. 2, 2007. p. 393-398.

LEGG, D; STEADWARD, R. The Paralympic Games and 60 years of change (1948-2008): Unification and restructuring from a disability and medical model to sport-based competition. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, v.14, n. 9. p. 1099-1115-2011.

LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York: Macmillan, 1922.

MARKS, D. *Disability: Controversial debates and psychosocial perspectives*. London and New York: Routledge: 1999.

MARIANI, B. Nome Próprio e Constituição do Sujeito. *Letras*, v. 24, n. 48, 2014. p. 131-141.

MARQUES, C. A. *A imagem da alteridade na mídia*. 2001. 248p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

MORAES, M. C. B. Sobre o Nome da Pessoa Humana. *Revista da EMERJ*, v. 3, n. 12, 2000. p. 48-74.

NEWLANDS, M. Debunking Disability: Media discourse and the Paralympic Games. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 209-224.

PAPPOUS, A.; MARCELLINI, A.; LÉSÉLEUC, E. From Sydney to Beijing: the evolution of the photographic coverage of Paralympic Games in five European countries. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, v. 14, n. 03, p. 345-354, 2011.

PEREIRA, O. *Representações Sociais dos Atletas Paralímpicos nos Media Impressos Portugueses: estudo efectuado em dois Jornais Diários Generalistas e dois Jornais Diários Desportivos*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto) – Universidade do Porto, Porto, 2008.

SASSAKI, R. K. Nomenclatura na área da surdez. 2002a. Disponível em: <[http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/deficiencia/0007/Nomenclatura\\_na\\_area\\_da\\_surdez.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/deficiencia/0007/Nomenclatura_na_area_da_surdez.pdf)> Acesso em: 01 de Fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 24, jan/fev. 2002b. p. 6-9. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf>>. Acesso em: 01 de Fev. 2010.

SCHANTZ, O.; GILBERT, K. An Ideal Misconstrued: Newspaper coverage of the Atlanta Paralympic Games in France and Germany. *Sociology of Sport Journal*, 18, p. 69-94, 2001.

SHAKESPEARE, T. Disability, Identity and Difference. In: BARNES, C; MERCER, G. (Eds.). *Exploring the Divide*. Leeds: The Disability Press, 1996. p. 94 – 113.

SHELL, L.; DUNCAN, M. A Content Analysis of CBS's Coverage of the 1996 Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16, 1999. p. 27-47.

SÖDER, M. Tensions, Perspectives and Themes in Disability Studies. *Scandinavian Journal of Disability Research*, v. 11, n. 2, 2009. p. 67-81.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAS, N., SMITH, A. *Disability, Sport and Society: An Introduction*. New York: Routledge, 2009.

THOMAS, N.; SMITH, A. Preoccupied with able-bodiedness? An analysis of British Media Coverage of the 2000 Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 20, p. 166-181, 2003.

TYNEDAL, J.; WOLBRING, G. Paralympics and its Athletes Through the Lens of the New York Times. *Sports*, 1, p. 13-36, 2013.

Recebido em 8 de janeiro de 2019  
Aprovado em 4 de abril de 2019